

seja condenado

Camata não crê que

Política

O governador do Espírito Santo, Gerson Camata, disse ontem que a decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual ele é passível de processo por supostas ofensas ao Presidente da República, não representa a aceitação da denúncia contra ele e o ex-deputado federal Freitas Diniz e, também, contra os deputados Theodorico Ferraço e João Cunha. Essas ações foram sustadas pela Câmara dos Deputados.

Camata declarou-se tranquilo e confiante admitindo que, por uma razão de justiça, no momento oportuno, o STF se pronunciará contrário ao seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Na época em que teria ofendido o Presidente da República, Gerson Camata era candidato a governador mas exercia mandato de deputado federal.

Torcida de inconformados

O governador garantiu sua tranquilidade, "apesar da torcida de alguns inconformados do Espírito Santo para que o governador do Estado venha a ser julgado". Mas disse que isto "não vai acontecer porque tenho confiança na posição do Supremo, que ainda não aceitou a denúncia, mas apenas interpretou uma resolução da mesa da Câmara dos Deputados". No seu entender, o que há é uma "camada de inconformados" que querem vê-lo fora do governo por estar "processando os corruptos que dominavam" o Espírito Santo.

Em Vitória, a notícia sobre a interpretação do Supremo Tribunal Federal ganhou destaque superdimensionando nos meios de divulgação local, dando a entender que o STF já teria aceito a denúncia contra o governador Gerson Camata e continuado com o processo. Camata esclareceu que o Supremo ainda não aceitou a denúncia, ele ainda não está sendo processado e, portanto, também não houve julgamento, depositando nesses fatos toda a sua confiança.

O governador do Espírito Santo disse que por se tratar de um pronunciamento do STF, a respeito de uma resolução de Mesa-Diretora da Câmara dos Deputados, compete à própria Câmara recorrer da decisão.

No Espírito Santo a primeira informação foi levada à imprensa pelo deputado federal e ex-vice-governador José Carlos da Fonseca (PDS) que percorreu as redações quinta-feira à noite.

Até o fim

Gerson Camata disse que pretendem desestabilizar o seu governo mas não conseguirão, referindo-se ao que denominou de "porta-vozes da derrota" numa alusão aos pedessistas que buscam a todo instante instigá-lo contra Brasília. Entretanto, garantiu que seu governo "está sólido, com o apoio da maioria da população, ao contrário do que querem que seja os derrotados".

O governador do Espírito Santo assegurou que foi "eleito pelo povo e vou continuar governador, servindo ao meu Estado, durante quatro anos, apesar dessa gente não ficar satisfeita com isto". Camata recordou que na semana passada alguns pedessistas do Espírito Santo tentaram comprometer-lo com a Direção Nacional do PDS, com todos os ministros e com o próprio presidente Figueiredo alegando que ele se referira "aos corruptos do Ministério Figueiredo".

Isto o obrigou a passar telex para todos os ministros, para o senador José Sarney e para o próprio presidente Figueiredo desmentindo a informação e desafiando os seus opositores a provarem tal acusação. "A declaração não foi do governador. Foi de alguns deputados do PDS que mentiram a meu respeito. Felizmente Brasília os conhece". Esclareceu Camata.

Santillo pede sustação

A decisão do Supremo Tribunal Federal pela sustação dos processos que ali tramitavam contra os deputados Theodorico Ferraço (PDS-ES) e João Cunha (PMDB-SP), enquadrados na Lei de Segurança Nacional, surtirá efeitos no Senado Federal. Na próxima semana, o senador Henrique Santillo (PMDB-GO) proporá à Mesa diretora daquela Casa à sustação, com base no art. 32, parágrafo 3º, da Constituição Federal, do processo a que responde o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) por ter acusado o superintendente do grupo executivo do Araguaia-Tocantins (Gebam), almirante Gama e Silva, de contrabandista.

Santillo está convencido de que a Mesa acatará sua proposta e entende que o plenário seguirá o mesmo caminho. O partido do governo, com 46 representantes, tem maioria naquela Casa. As oposições contam com apenas 23 senadores — 21 do PMDB, um do PDT e um do PTB, os quais, em sua unanimidade, votarão pela sustação do processo, segundo avalia Fábio Lucena. A segurança de Santillo sobre o apoio do PDS se baseia mais no comportamento daquele partido na Câmara, quando votou a favor da sustação dos processos contra os deputados submetidos a juízo.

"Eu estou certo de que o PDS se comportará como na Câmara. Será extremamente estranhável que não aprove a sustação desse processo, porque isso é muito mais um problema da instituição do que do parlamentar. Estou certo de que o senador Fábio Lucena, autor do discurso que ofendeu o almirante, terá suas posições respeitadas", pondera Santillo. Com ele se posicionam políticos pedessistas como Passos Porto (SE) e Altevir Leal (AC), este último com o argumento de que "quando o sujeito fala aquilo que o Fábio falou é porque está com muita raiva".

Mais esquivos, os pedessistas Jorge Kalume (AC), Aderbal Jurema (PE) e José Lins (CE) sustentam que votarão de acordo com a orientação do seu líder. Lins enfatiza que por mero "sprit du corps" não votará pela sustação. Já o senador Carlos Chiarelli (PDS-RS) afirma ironicamente que deverá ser até do interesse de Fábio Lucena submeter-se a juízo para ver suas acusações comprovadas. "Se abrigar no manto da imunidade, eu não acho adequado", sugere ele.